CORREIO DO VALE

POR **ANA LUIZA ROSSI**

DIVULGAÇÃO/MUNIR NETO



Patrulha vai fortalecer a rede de atendimento a pessoa idosa

Projeto de patrulhamento de idosos de Munir Neto vira lei estadual

A Patrulha da Pessoa Idosa, projeto criado pelo deputado estadual Munir Neto (SDD) a partir de uma experiência implantada em Volta Redonda, agora é lei em todo o Estado do Rio de Janeiro. A Lei 11.358/26, de autoria do parlamentar, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e sancionada pelo governador, instituindo o programa e estabelecendo diretrizes para a proteção de pessoas idosas vítimas de violência. “Essa é uma conquista muito importante. A violência contra a pessoa idosa, muitas vezes, acontece dentro da própria família e permanece escondida. Precisamos garantir que essas pessoas tenham proteção, acolhimento e segurança para denunciar e romper esse ciclo de violência. A Patrulha vai fortalecer a rede de atendimento e permitir uma atuação mais integrada dos órgãos responsáveis”, destacou Munir.

Programa terá coordenação conjunta

O deputado levou a experiência para o âmbito estadual inicialmente por meio de uma indicação legislativa. Desde então, a Patrulha da Pessoa Idosa já foi implantada na cidade do Rio de Janeiro, em bairros como Copacabana e Leme, e também em Niterói. O programa será coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, em parceria com a Polícia Militar, Polícia Civil, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

ARQUIVO



Lei também prevê convênios com municípios interessados

Educação de BM delibera meia-paralisação

O Sindicado Estadual dos Profissionais da Educação núcleo de Barra Mansa/Rio Claro (Sepe-BM) deliberou na última terça-feira (03) uma nova decisão: agora a greve segue em meia paralisação até esta quinta-feira, dia 05. A categoria também foi até a sede da prefeitura nesta quarta-feira (04) para uma nova conversa com o prefeito Luiz Furlani, mas sem sucesso. A próxima assembleia deve ser realizada nesta quinta-feira, dia 05, para definição dos próximos passos do movimento sindical e possíveis negociações junto ao governo municipal.

Sepe faz atos no Centro da cidade

No mesmo dia em que foi realizada a assembleia, na terça-feira, a categoria também fez dois atos na cidade em frente ao Restaurante Popular, às 10h, e no Gare Estação, às 17h. Os professores e demais profissionais da educação reinvindicam reajustes salariais de acordo com o piso nacional estabelecido, garantia da regência de classe, além de melhores condições e estrutura em sala de aula.

Suspensão de aulas

A vereadora Gisele Klingler (PSB) reforçou que, em contato com a Coordenadoria Regional de Educação, seu mandato foi informado de que as aulas no Colégio Estadual Brasília, localizado no bairro Vila Brasília, tiveram suas aulas suspensas devido ao cenário de insegurança. “A segurança precisa ser prioridade”, pontuou a vereadora.

Preocupação

Aliás, o vereador e deputado eleito, Raone Ferreira (PT), também afirmou estar extremamente preocupado com a segurança das famílias, trabalhadores, mulheres e crianças da cidade. Isso porque um vídeo que teria circulado nas redes mostrou uma mulher ter sido vítima de tortura e mutilação por integrantes de uma facção.

‘Atuação firme’

“Nosso mandato continua reforçando os pedidos de ações policiias e medidas urgentes de segurança. Precisamos de uma atuação firme, integrada e permanente para combater o crime organizado, proteger os moradores e devolver a tranquilidade à nossa cidade”, pontuou Raone, que também reforçou o início da Operação Impacto na cidade.

Crime busca expandir

“Não foi falta de aviso”. Foi assim que o ex-deputado estadual, Delegado Antonio Furtado, aliás, ponderou sobre a atual situação de Volta Redonda que foi alertada por ele há cerca de dois meses, durante entrevista no podcast Sacode Polícia, do Portal Tudo Acontece, uma vez que narcotraficantes buscam ampliar seus mercados de consumo.

‘Área de guerra’

“Existe uma guerra, porque são várias facções, por isso precisa de armamento, nem que seja para intimidar o outro lado. Qual é a grande preocupação? Se nós não nos unirmos e mudarmos a legislação, nós vamos ter a perda do controle da segurança do Sul Fluminense. Se não tivermos atenção, podemos virar uma área de guerra”, disse, na época.

Furtado defende polícia

De acordo com o delegado, da mesma forma que chegaram, terão que enfrentar as consequências que a lei reserva. “O que mais lamento, é que bandidos ficam pouco tempo na prisão. Mas as polícias estão unidas e não estão inertes. Quanto aos policiais que poderiam ter dado algum tipo de cobertura a marginais, vai ser apurado”, defendeu.

DIVULGAÇÃO/REGINALDO PUPO



Legislação estabelece medidas de controle populacional ético

Prefeitura de Paraty sanciona novo marco de Proteção Animal

Documento prevê multas de até R$ 10 mil, microchipagem e Fundo Municipal

Da **Redação**

A Prefeitura de Paraty sancionou a Lei Municipal nº 2.692, que institui uma política pública permanente de proteção e bem-estar animal. A legislação estabelece medidas de controle populacional ético, incentivo à adoção responsável e aplicação de penalidades administrativas para combater casos de maus-tratos e abandono.

Entre as medidas previstas está a criação do Conselho Municipal da Causa Animal e do Fundo Municipal da Causa Animal. O conselho permitirá a participação de protetores independentes e representantes da sociedade civil no acompanhamento das políticas públicas voltadas à causa. Já o fundo será destinado ao financiamento de ações como procedimentos veterinários, castrações e microchipagem, com recursos provenientes de multas e dotações orçamentárias.

A lei também estabelece sanções administrativas para quem cometer infrações contra os animais. As penalidades incluem advertência, apreensão de animais em situação de risco e multas que podem chegar a R$ 10 mil em casos considerados mais graves, sem prejuízo das sanções previstas na legislação federal.

Segundo o subprocurador-geral do município, David Diniz, a nova legislação estabelece diretrizes para consolidar a proteção animal como política pública permanente.

“É uma legislação moderna, criada para tratar a proteção animal como verdadeira política pública, com responsabilidade e planejamento. E hoje a gente amplia esse rol de proteção e conscientização através dessa lei, que com certeza vai transformar de uma vez por todas o bem-estar animal na cidade de Paraty”, afirmou.

A secretária municipal de Bem-Estar Animal, Carmelita Rosendo, também destacou a importância da medida para ampliar as ações de proteção no município.

“Isso é um avanço muito importante para os nossos animais como um todo. Continuamos trabalhando para que os nossos animais sempre tenham o melhor aqui dentro do município”, disse.

A iniciativa também está relacionada às ações de saúde pública e preservação ambiental. O controle populacional de animais domésticos e a guarda responsável contribuem para a prevenção de zoonoses e para a proteção dos ecossistemas locais.